

CÂMARA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 27/2024
Art. 75, II, Lei Federal nº 14.133/2021

Objeto: Seguro Patrimonial do Prédio da Sede da Câmara Municipal

Assessoria Requisitante: CÂMARA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS

Classificação final:
HDI PROTEÇÃO EMPRESARIAL - 29.980.158/0067-83

Descrição	Qtd.	Unitário	SubTotal
SEGURO DO PRÉDIO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL	1,0000	R\$ 1.483,58	R\$ 1.483,58

Fornecedor(es):

HDI PROTEÇÃO EMPRESARIAL - 29.980.158/0067-83	R\$ 1.483,58
---	--------------

Poços de Caldas, 21 de junho de 2024

Rodrigo Aparecido Galhardi

Dotação:

Ficha	Dotação	Valor
93	01.07.00-3390.39.00-01.122.0002-8.012	R\$ 4.510,58

Os recursos acima deverão ser bloqueados para ocorrer às despesas do Processo acima.

Impacto Orçamentário – Financeiro:
Há dotação orçamentária e recursos financeiros e nada infringe a LC 101/00

Autorização para abertura e declaração de ordenamento de Despesa:

Ricardo Magno Marcondes
Contador

Douglas Eduardo de Souza
Presidente

Dr. Luis Philippe de C. Cordeiro
Assessor Jurídico

Dr. Luis Philippe de C. Cordeiro - OAB/MG 202.819
Assessor Jurídico



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

PROCESSO nº 34/2024

DISPENSA ELETRÔNICA nº 27/2024

A Câmara Municipal de Poços de Caldas-MG, por meio do seu Agente de Contratação, torna público que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO** com critério de julgamento por **MENOR PREÇO**, conforme Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal nº 42/2023, de 27 de dezembro de 2023, e demais legislações aplicáveis.

Início de recebimento de propostas: dia 03 de junho de 2024, a partir das 10 horas.

Limite de entrega de propostas: até o dia 06 de junho de 2024, às 10 horas.

Início da Sessão Eletrônica (lances): 06 de junho de 2024 – das 10h01 às 16h01.

Plataforma de realização da dispensa: www.portaldecompraspublicas.com.br

Obs.: a referência de tempo é horário oficial de Brasília – DF

Critério de Julgamento: menor preço

1 - OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro, tipo risco total, para cobertura do imóvel (instalações e equipamentos) da Câmara Municipal de Poços de Caldas-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 21.401.757/0001-67, isenta de Inscrição Estadual, localizada na rua Junqueiras, 454, centro de Poços de Caldas, CEP 37701-033, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso e no anexo Termo de Referência.

1.2 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seu Anexo quanto às especificações do objeto.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação de seguro tem por objetivo assegurar e resguardar a integridade física dos bens imóveis e móveis da Câmara Municipal de Poços de Caldas, preservando-os contra os riscos de eventuais sinistros, causados por incêndios, raios, explosões, alagamentos/inundações, roubo, furto qualificado e riscos diversos (vendaval, furacão, ciclone, tornado, queda de granizo, danos elétricos, tumulto dentre outros). Os bens patrimoniais em uso pela Câmara Municipal, imóveis e móveis, possuem valores significativos, devendo ser mantidos e garantidos por meio de cobertura adequada de seguro.

A atual apólice terá sua vigência encerrada às 24h do dia 15/06/2024, sendo necessária nova contratação dos serviços, a fim de que se possa dar continuidade às coberturas existentes, haja vista os riscos e a imprevisibilidade de eventos a que a Administração está exposta.



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

3 – DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação deverá ser efetuada por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos do inciso II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

3.1.1 O valor estimado da contratação é inferior ao limite estabelecido no Art. 75, II. Em observância ao § 1º do mesmo artigo, verificou-se que o somatório do que foi contratado neste exercício com objetos de mesma natureza, assim considerados aqueles relativos ao mesmo ramo de atividade, não supera o limite estabelecido.

3.1.2 Nos termos do § 3º do art. 75 as contratações de que tratam os incisos I e II do art. 75 (dispensa por valor) serão precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

3.2 Do valor estimado da contratação:

3.2.1 Após realização de pesquisa de preços, verificou-se que o valor previamente estimado da contratação, conforme o Anexo deste Termo é compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto, nos termos do Art. 23 da Lei 14.133/2021.

3.3 Da adequação orçamentária:

3.3.1 Foi efetuada a reserva orçamentária para a contratação correspondente ao valor previsto para utilização no exercício financeiro em curso;

4 – DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

4.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.2 Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal de Compras Públicas para acesso ao sistema e operacionalização.

4.3 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

4.5 Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

4.5.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

4.5.2 Que se enquadrem nas vedações constantes na Lei 14.133/2021;

4.5.3 Que estejam, de alguma forma, impedidas ou suspensas de licitar e contratar com o Município de Poços de Caldas-MG.

5 – INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

5.1 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica no sítio (www.portaldecompraspublicas.com.br), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto/serviço, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, frete, entrega do produto/serviço, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade o cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer o item, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

5.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

5.9.1 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.9.2 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

5.9.3 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e anexo;

5.9.4 Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

5.9.5 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

5.9.6 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6 – FASE DE LANCES

6.1 A partir da hora e da data estabelecidas no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

6.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores/prestadores de serviços deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.3 O fornecedor/prestador de serviço somente poderá oferecer maior desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.4 O fornecedor/prestador de serviço poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

6.5 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 10 (dez reais).

6.6 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.7 Caso o fornecedor/prestador de serviço não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.8 Durante o procedimento, os fornecedores/prestadores de serviços serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

6.9 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

6.10 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

7 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

7.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

7.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

7.3 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

7.4 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

7.5 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

7.6 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

7.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 Contiver vícios insanáveis;

7.8.2 Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seu anexo;

7.8.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seu anexo, desde que insanável.

7.8.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

7.8.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.8.8 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8.9 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.8.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.8.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8.12 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

8 – HABILITAÇÃO

8.1 Em consonância ao que estabelece o Art. 70, III, da Lei Federal 14.133/2021, serão solicitados os seguintes documentos do fornecedor que apresentar a melhor proposta para fins de habilitação.

8.1.1 – REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.1.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.1.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora – Geral da Fazenda Nacional.

8.1.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

8.1.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.7 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.8 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.9 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a

consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União(www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União -TCU;

8.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição o das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>, Acórdão nº 1793/2011-Plenário;

8.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.2.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.2.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.2.2.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

8.3 Certidão atualizada de regularidade junto à Susep - Superintendência de Seguros Privados.

9 – DA DECISÃO DE CONTRATAÇÃO OU AQUISIÇÃO

9.1 Apurada a melhor proposta com o MENOR PREÇO e verificada a regularidade das demais exigências, a Câmara Municipal de Poços de Caldas decidirá sobre a contratação ou aquisição, por meio de manifestação motivada no Processo Administrativo sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.

9.2 Para apuração do MENOR PREÇO, serão levadas em consideração todas as propostas válidas apresentadas, seja na fase preparatória da contratação ou no período estipulado para recebimento de propostas adicionais e que atendam aos requisitos deste aviso de contratação direta e anexo, inclusive aquelas obtidas pelo setor de licitações por meio de consulta direta a fornecedores para formação do preço estimado.

10 – SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº

9.784, de 1999.

11 – AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

11.1 Após autorização, caso se conclua pela aquisição/contratação, será emitida a ordem para fornecimento.

11.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização/Ordem de fornecimento), sob pena de decair o direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso.

11.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

11.4.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.2 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.4.3 A contratada/fornecedora se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e anexo, inclusive a realizar o serviço durante todo o período referido.

12 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 O fornecedor que cometer qualquer das infrações ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

12.2 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

12.3 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

12.4 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

12.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

12.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado/fornecedor, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), no site da Câmara Municipal e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores/prestadores de serviços cadastrados no referido Portal, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

13.2 No caso de todos os fornecedores/prestadores de serviços restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

13.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

13.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

13.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento eletrônico.

13.2.3 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

13.3 Integra este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA;

14 – DAS DÚVIDAS OU ESCLARECIMENTOS

14.1 Eventuais dúvidas poderão ser tiradas nos seguintes canais:

E-mails: administrativa@pocosdecaldas.mg.leg.br e licitacoes@pocosdecaldas.mg.leg.br;
Telefones: (35) 3729-3815, 3729-3816, 3729-3817 e 3729-3861.

Poços de Caldas, 23 de maio de 2024.

Rodrigo Aparecido Galhardi

Gerente de Administração



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro, tipo risco total, para cobertura do imóvel (instalações e equipamentos) da Câmara Municipal de Poços de Caldas-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 21.401.757/0001-67, isenta de Inscrição Estadual, localizada na rua Junqueiras, 454, centro de Poços de Caldas, CEP 37701-033, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo.

1.2 Especificações:

Será prestado o serviço de seguro, tipo risco total, para cobertura das instalações do imóvel utilizado pela Câmara Municipal de Poços de Caldas, para as seguintes coberturas com valores APROXIMADOS abaixo:

Coberturas e valor aproximado:

- Incêndio/Raio/Explosão (Prédio/Conteúdo) R\$ 8.400.000,00
- Responsabilidade civil operações R\$ 200.000,00
- Responsabilidade civil Empregador R\$ 100.000,00
- Roubo/Furto qualificado de bens R\$ 50.000,00
- Vendaval, ciclone e tornado R\$ 40.000,00
- Alagamento e Inundação R\$ 300.000,00
- Danos Elétricos R\$ 87.550,00
- Tumulto/Greve/lock-out R\$ 50.000,00
- Perda / Pagamento de Aluguel 12 meses R\$ 51.500,00
- Despesas Fixas Decorrentes da Cobertura Básica 12 meses R\$ 17.510,00
- Assistência 24 horas

1.3 A vigência da apólice de seguro será de 1 (um) ano.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação de seguro tem por objetivo assegurar e resguardar a integridade física dos bens imóveis e móveis da Câmara Municipal de Poços de Caldas, preservando-os contra os



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

riscos de eventuais sinistros, causados por incêndios, raios, explosões, alagamentos/inundações, roubo, furto qualificado e riscos diversos (vendaval, furacão, ciclone, tornado, queda de granizo, danos elétricos, tumulto dentre outros). Os bens patrimoniais em uso pela Câmara Municipal, imóveis e móveis, possuem valores significativos, devendo ser mantidos e garantidos por meio de cobertura adequada de seguro. A atual apólice terá sua vigência encerrada às 24h do dia 15/06/2024, sendo necessária nova contratação dos serviços, a fim de que se possa dar continuidade às coberturas existentes, haja vista os riscos e a imprevisibilidade de eventos a que a administração está exposta.

2.2 O objeto da aquisição também está previsto no planejamento da Gerência de Administração para o exercício de 2024, com base em contratações de anos anteriores.

3 – JUSTIFICATIVA DO OBJETO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

3.1 Será prestado o serviço de seguro, tipo risco total, para cobertura das instalações do imóvel da Câmara Municipal de Poços de Caldas, com a finalidade de indenização em caso de danos, evitando prejuízos que possam impossibilitar a continuidade das atividades e garantindo maior proteção.

As coberturas, dentre outras: de incêndio, que prevê o pagamento de indenização por prejuízos ocorridos pela propagação do fogo; contra roubo e furto, em que pese ocorrer o fato mesmo com investimentos e estratégias de prevenção de riscos com sistemas de segurança; e de desastres Naturais, já que grandes são as probabilidades de tempestades, chuvas de granizo, deslizamentos de terra e inundações, por exemplo, são fundamentais para que os problemas que possam surgir sejam resolvidos com mais agilidade, com o suporte adequado e de forma a minimizar os danos e prejuízos.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1 A Câmara municipal de Poços de Caldas ocupa uma área aproximada de 1500 m² no térreo do Edifício Bauxita, localizado na rua Junqueiras, 454, no centro de Poços de Caldas (CEP 37701-033). É constituída: subsolo - área de cozinha, lavanderia, depósito e sanitários; térreo - gabinetes de Vereadores, sala de acessibilidade, saguão, recepção, hall de entrada, plenário e sanitários; mezanino – gabinete da presidência, gabinetes de vereadores, sala de apoio, almoxarifado, cabine de som, sala da Procuradoria, sala da Gerência de Atividade Legislativa, sala de reuniões, sala da Diretoria Geral, arquivos e sala de informática.

A infraestrutura do prédio contém parede com pintura acrílica e divisórias eucatex, piso Cerâmico, madeira, porcelanato, carpete, forros em gesso e acrílico, luminárias embutidas e pé-direito varia de 2 a 5 m. O Plenário e a sala da Gerência de Atividade Legislativa possuem equipamentos de ar condicionado, as demais salas são dotadas de computadores, impressoras multifuncionais, mesas, armários, cadeiras. O Plenário possui tablets, longarinas, equipamentos de som (mesa de som, microfones, caixas acústicas), sistema de votação (com telão, bases de votação com microfones acoplados), TVs, elevador. Pelo



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

prédio há extintores, sistema de alarme de incêndio, sistema de alarme e monitoramento monitorado por empresa especializada, serviço de vigilância de membro da Guarda Civil Municipal (das 07 às 18 horas de segunda a sexta-feira) e permanência de segurança da Câmara (das 09 às 18 horas). Possui sistema de Controle de Acesso de visitantes (armazenamento do cadastro e foto dos visitantes), circuito interno de TV com câmeras de monitoramento, áreas internas e externas do prédio. O prédio tem auto de vistoria do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (AVCB).

Obs.: fotos do prédio encontram-se no anexo.

5 – REQUISITOS PARA O FORNECIMENTO

5.1 O fornecimento deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1 Não será admitida, por parte da empresa fornecedora/prestadora de serviço, a subcontratação do objeto;

5.2 Sustentabilidade, sempre que possível:

5.2.1 Os critérios e boas práticas terão como diretrizes para a sustentabilidade, entre outras:

5.2.2 Menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar);

5.2.3 Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

5.2.4 Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

5.2.5 Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

5.2.6 Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

5.2.7 Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

5.2.8 Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

5.3 A Câmara Municipal, sempre que viável, adotará critérios plausíveis com os praticados no mercado local e nacional. Porém, como regra geral, o equilíbrio entre os três princípios norteadores da licitação pública: sustentabilidade, economicidade e competitividade.

5.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

5.5 Não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

5.6 A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos fornecedores, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, a exigência vai de encontro à economicidade da contratação;

5.7 A exigência da garantia, em decorrência desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e reduzir o caráter competitivo do certame.



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

6 – DO FORNECIMENTO/CONTRATAÇÃO

A licitante vencedora deverá:

- 6.1- Entregar à Câmara Municipal de Poços de Caldas a Apólice de Seguro no prazo máximo de 10 (10) dias corridos após o correspondente pagamento.
- 6.2- Garantir o pagamento de indenização até o valor das importâncias seguradas, de acordo com a legislação aplicável à execução do serviço contratado.
- 6.3- Não transferir a terceiros a prestação do serviço, por qualquer forma, parcial ou integralmente, nem subcontratar a prestação a que está obrigada.
- 6.4- Comunicar, por escrito, imediatamente, à Contratante, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.
- 6.5- Designar um profissional da Contratada (nome, telefone e e-mail) no ato da assinatura do contrato, o qual se reportará diretamente à Contratante, para acompanhar e responder pela execução do contrato.
- 6.6- O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias da data do aviso de sinistro.
- 6.7- A Contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações e procedimentos relativos ao funcionamento da prestação de serviço de seguro objeto desta Contratação.
- 6.8- Garantir que a apólice contenha todas as coberturas especificadas neste Termo.
- 6.9 reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os defeitos, vícios ou incorreções detectados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação da Câmara Municipal de Poços de Caldas.
- 6.10 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.11 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 6.12 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Câmara Municipal de Poços de Caldas, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

7 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item;

7.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos em consonância ao que estabelece o Art. 70, III, da Lei Federal nº 14.133/2021:

7.3 – REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

7.3.1 CNPJ – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.3.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.3.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.3.4 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

7.3.5 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

7.3.6 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.3.8 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

7.3.9 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.3.10 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.3.11 Certidão atualizada de regularidade junto à Susep - Superintendência de Seguros Privados.

8 – DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 Conforme relatório de estimativa de preços do Portal do Governo Federal "paineldepocos.planejamento.gov.br", gerado pelo Servidor Antonio Vieira Machado Netto, em 20 de maio de 2024, o valor estimado é de R\$ 4.510,58 (quatro mil, quinhentos e dez reais e cinquenta e oito centavos).

9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 São obrigações da Contratante:

9.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

9.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 comunicar à Contratada/fornecedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no termo ou no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4 informar a Contratada sempre que houver inclusão, acréscimo e/ou reformas que venham a modificar o valor do imóvel;

9.1.5 comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução da apólice;

9.1.6 Fornecer todas as informações e esclarecimentos formalmente solicitados, bem como documentos e condições necessárias para o bom e fiel cumprimento da prestação do serviço;

9.1.7 Notificar por escrito a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

9.1.8 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada/fornecedora, através da Gerência de Administração;

9.1.9 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Aviso e Termo;



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

9.1.10 comunicar à contratada a ocorrência de sinistro coberto pela Apólice de Seguro para que adote os procedimentos cabíveis.

9.1.11 efetuar o pagamento das obrigações financeiras advindas da contratação em até 15 (quinze) dias corridos da apresentação da fatura.

9.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela

Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada/fornecedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/FORNECEDORA

10.1 A Contratada/fornecedora deve cumprir todas as obrigações constantes no Aviso, no Termo, seus anexos, sua proposta e apólice, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e das regulamentações da Susep;

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

10.1.6 providenciar a emissão e a entrega da Apólice de Seguro e das Condições Gerais à contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias;

10.1.7 iniciar a cobertura a partir das 24 horas do dia 15/06/2024, com validade de 12 (doze) meses;

10.1.8 enviar à Câmara Municipal, por e-mail, as documentações pertinentes;

10.1.9 informar os procedimentos a serem adotados pela contratante em caso de ocorrência de sinistro;

considerado, para fins de emissão de nota fiscal/Fatura, seja inferior a 30 (trinta) dias;

10.1.10 adotar os procedimentos necessários em caso de sinistro no prazo de 24 (vinte quatro) horas da comunicação recebida da Contratante;



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

10.1.11 zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, providenciando a correção de toda e qualquer falha que porventura ocorra ;

10.1.12 manter a regularidade fiscal, previdenciária, administrativa e trabalhista;

10.1.13 possuir autorização para o exercício da profissão concedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

11 – DO REAJUSTE OU PAGAMENTO

11.1 Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada/fornecedora, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

11.9 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.9.1 não produzir os resultados acordados;

11.9.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida o serviço contratado;

11.9.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

11.10 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal pela Câmara Municipal de Poços de Caldas.

11.11 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

11.13 O percentual máximo da participação obrigatória da Contratante em caso de sinistro será de 15% (quinze por cento) dos prejuízos, com valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

11.14 – Para efeito de cálculo e elaboração da proposta de seguro, as seguradoras deverão estar cientes de que este órgão público é ISENTO DE IOF. Assim, o valor referente ao IOF deverá ser deduzido do valor das propostas.

12 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Poços de Caldas

12.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

01.07.01.122.002.8012.3.3.90.39 – ficha 93 - outros serviços de terceiros - PJ - serviços gerais.

Câmara Municipal de Poços de Caldas – MG, 20 de maio de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE
RODRIGO APARECIDO GALHARDI

CPF
06334427636
DATA
24/05/2024
A sua assinatura tem a validade legal de uma assinatura eletrônica.
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>



Rodrigo Aparecido Galhardi

Gerente de Administração

 Assinado digitalmente por
LUIS PHILLIPE DE CAMPOS CORDEIRO
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço:
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

Luis Phillipe de Campos Cordeiro

Assessoria Jurídica

ASSINADO DIGITALMENTE
MARCUSE MESQUARI E SILVA

CPF
05352092666
DATA
24/05/2024
A sua assinatura tem a validade legal de uma assinatura eletrônica.
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>



Marcusé Mesqueari e Silva

Coord. de Administração, Licitações e Contratos

Ricardo Magno Marcondes

Gerente de Gestão e Finanças

ASSINADO DIGITALMENTE
RICARDO MAGNO MARCONDES

CPF
02638299600
DATA
22/05/2024
A sua assinatura tem a validade legal de uma assinatura eletrônica.
<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>





CÂMARA MUNICIPAL

POÇOS DE CALDAS – MINAS GERAIS

Paulo Roberto S. da M. Resende

Douglas Eduardo de Souza

Controlador-chefe

Presidente da Câmara Municipal de Poços de Caldas

ASSINADO DIGITALMENTE
PAULO ROBERTO SEBASTIAO DA MATA RESENDE



CPF: 06397300614
DATA: 28/05/2024
Assinatura digital criada com o certificado digital
<https://www.pocscaldas.mg.br/portal>



ASSINADO DIGITALMENTE
DOUGLAS EDUARDO DE SOUZA



A autenticidade da assinatura pode ser verificada em
<https://www.pocscaldas.mg.br/portal>



Ata de Processo Deserto
Câmara Municipal de Poços de Caldas
Câmara Municipal de Poços de Caldas
Dispensa Eletrônica - 27/2024

Datas Relevantes

Publicado	Início das Propostas	Fim das Propostas
29/05/2024 16:59	06/06/2024 10:01	06/06/2024 16:01

Itens Licitados

Código	Produto	V. Referência	Qtde	Unidade	Observações
0001	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO, TIPO RISCO TOTAL, PARA COBERTURA DO IMÓVEL (INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS) DA CÂMARA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS-MG, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 21.401.757/0001-67, ISENTA DE INSCRIÇÃO ESTADUAL, LOCALIZADA NA RUA JUNQUEIRAS, 454, CENTRO DE POÇOS DE CALDAS, CEP 37701-033, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO.	4.510,58	1	SVÇ	Deserto

Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
29/05/2024	021-seguro-predio-sede-assinado.pdf
06/06/2024	08-aquisicao-licenca-antivirus-kaspersky-assinado1.pdf

Chat

Data	Apelido	Frase
06/06/2024 - 09:16:41	Sistema	O Operador de Compra Direta adicionou o arquivo (08-aquisicao-licenca-antivirus-kaspersky-assinado1.pdf) em 06/06/2024 às 09:16.
06/06/2024 - 10:03:01	Sistema	Não foram apresentadas propostas para o processo, que foi portanto considerado deserto.

Documento assinado digitalmente
gov.br
DEVIDE FABIANO PEREIRA
Data: 06/06/2024 10:16:40-0300
Verifique em <https://validar.jo.gov.br>

Devide Fabiano Pereira
Operador de Compra Direta

ANTONIO VIEIRA MACHADO NETTO
Assinado digitalmente
A autenticidade da assinatura pode ser verificada no site <https://validar.jo.gov.br>



Antonio Vieira Machado Netto
Apoio

Devide Fabiano Pereira
Apoio



Assunto: Solicitação de cotação seguro patrimonial prédio Câmara Municipal - Aviso de Dispensa 21/2024

De: Rodrigo CMPC <rodrigo@pocosdecaldas.mg.leg.br>

Data: 06/06/2024, 10:29

Para: destinatarios-nao-revelados; ;

BCC: pocoscorretora@yahoo.com.br, gabrielpereiramos1@gmail.com, rubens.ravaneli@allianz.com.br, opipari@pocos-net.com.br, cobraseg@gmail.com, prevpocos@prevpocos.com.br, thiagofacincani@pocos-net.com.br, carol@soberanaseguros.com.br, simoni@metacorretora.com.br, carvalhoguerra@uol.com.br, papellaca@hotmail.com, licitacao@conespseguros.com.br, carlos@lexseguros.com.br, jmxmpc@yahoo.com.br

Bom dia.

Solicito cotação de seguro patrimonial para o prédio da Câmara Municipal de Poços de Caldas. Atenção para o prazo de entrega dessa cotação: até segunda-feira, dia 10 de junho de 2024, às 12 horas (meio dia).

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO – AVISO DE DISPENSA Nº 021/2024

Orçamento de seguro do Prédio da Sede da Câmara Municipal, localizado na rua Junqueiras, 454, centro, CEP: 37.701-033, com as seguintes coberturas e respectivos valores MÍNIMOS.

Descrição e Prêmio, conforme abaixo discriminado:

- Incêndio/Fumaça/Raio/Explosão (Prédio/Conteúdo) = R\$ 8.400.000,00
- Responsabilidade civil operações = R\$ 200.000,00
- Responsabilidade civil Empregador = R\$ 100.000,00
- Roubo/Furto qualificado de bens = R\$ 50.000,00
- Vendaval, ciclone e tornado = R\$ 40.000,00
- Alagamento e Inundação = R\$ 300.000,00
- Danos Elétricos = R\$ 87.550,00
- Tumulto/Greve/lock-out = R\$ 50.000,00
- Perda / Pagamento de Aluguel 12 meses = R\$ 51.500,00
- Despesas Fixas Decorrentes da Cobertura Básica 12 meses = R\$ 17.510,00
- Assistência 24 horas

VIGÊNCIA: 24h de 15/06/2024

A 24h de 14/06/2025

(vide Aviso de Dispensa nº 021/2024 com todas as demais informações)

O prédio da Câmara Municipal dispõe de:

- sistema de alarme devidamente instalado e monitorado 24 (vinte e quatro) horas por empresa especializada;
- serviço de Guarda Civil Municipal das 07 às 18 horas e segurança(servidor da Câmara Municipal) das 09 às 18 horas, em dias úteis;
- sistema de controle de acesso com armazenamento do cadastro e foto dos visitantes;
- circuito interno de TV com diversas câmeras instaladas e dispostas interna e externamente ao prédio da sede da Câmara Municipal, incluindo 01 (um) equipamento em cada acesso do prédio.

Valor total geral da empresa em R\$:

A empresa emitirá Nota fiscal de Serviços

Prazo de entrega deste orçamento: **10/06/2024 – até 12 horas (meio dia)**

- Prazo de pagamento será de 15 (quinze) dias após a confirmação do seguro e entrega da apólice, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica.
- Caso a firma não apresente este orçamento até a data fixada, será, automaticamente, excluída.

Poços de Caldas, 06 de junho de 2.024

p/ Empresa

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone: ()

E-mail:

At.te

Rodrigo Galhardi

Gerência de Administração

Câmara Municipal de poços de Caldas

Telefone: (35) 3729-3817.

— Anexos: —	
solicitação de cotação.doc	46,5KB
021-seguro-predio-sede-assinado.pdf	470KB

Assunto: RE: Solicitação de cotação seguro patrimonial prédio Câmara Municipal - Aviso de Dispensa 21/2024
De: Carvalho & Guerra Corretora de Seguros <carvalhoguerra@uol.com.br>
Data: 06/06/2024, 15:56
Para: Rodrigo CMPC <rodrigo@pocosdecaldas.mg.leg.br>

Boa tarde,

Agradecemos o convite, e informamos que dentre as seguradoras consultadas, não conseguimos aceitação para a cotação.,

A disposição para quaisquer outras demandas,

Atenciosamente,

Carvalho & Guerra Corretores de Seguros
Cássia Regina Carvalho Manucci
35.3721.0310 - 99144-5793

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE:

Esta mensagem e seus anexos são de uso exclusivo de pessoas e entidades a quem se destinam.

É **PROIBIDO** revelar, alterar, copiar, divulgar ou se beneficiar, direta ou indiretamente destas informações sem a autorização de seus autores.

Se você recebeu este e-mail por engano, por favor, informe ao remetente e apague a mensagem imediatamente.

De: "Rodrigo CMPC" <rodrigo@pocosdecaldas.mg.leg.br>

Enviada: 2024/06/06 10:30:18

Para: destinatarios-nao-revelados@

Assunto: Solicitação de cotação seguro patrimonial prédio Câmara Municipal - Aviso de Dispensa 21/2024

Bom dia.

Solicito cotação de seguro patrimonial para o prédio da Câmara Municipal de Poços de Caldas. Atenção para o prazo de entrega dessa cotação: até segunda-feira, dia 10 de junho de 2024, às 12 horas (meio dia).

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO – AVISO DE DISPENSA Nº 021/2024

Orçamento de seguro do Prédio da Sede da Câmara Municipal, localizado na rua Junqueiras, 454, centro, CEP: 37.701-033, com as seguintes coberturas e respectivos valores MÍNIMOS.

Descrição e Prêmio, conforme abaixo discriminado:

- Incêndio/Fumaça/Raio/Explosão (Prédio/Conteúdo) = R\$ 8.400.000,00
- Responsabilidade civil operações = R\$ 200.000,00
- Responsabilidade civil Empregador = R\$ 100.000,00
- Roubo/Furto qualificado de bens = R\$ 50.000,00
- Vendaval, ciclone e tornado = R\$ 40.000,00
- Alagamento e Inundação = R\$ 300.000,00
- Danos Elétricos = R\$ 87.550,00
- Tumulto/Greve/lock-out = R\$ 50.000,00
- Perda / Pagamento de Aluguel 12 meses = R\$ 51.500,00
- Despesas Fixas Decorrentes da Cobertura Básica 12 meses = R\$ 17.510,00
- Assistência 24 horas

VIGÊNCIA: 24h de 15/06/2024

A 24h de 14/06/2025

(vide Aviso de Dispensa nº 021/2024 com todas as demais informações)

O prédio da Câmara Municipal dispõe de:

- sistema de alarme devidamente instalado e monitorado 24 (vinte e quatro) horas por empresa especializada;
- serviço de Guarda Civil Municipal das 07 às 18 horas e segurança(servidor da Câmara Municipal) das 09 às 18 horas, em dias úteis;
- sistema de controle de acesso com armazenamento do cadastro e foto dos visitantes;
- circuito interno de TV com diversas câmeras instaladas e dispostas interna e externamente ao prédio da sede da Câmara Municipal, incluindo 01 (um) equipamento em cada acesso do prédio.

Valor total geral da empresa em R\$:

A empresa emitirá Nota fiscal de Serviços

Prazo de entrega deste orçamento: **10/06/2024 – até 12 horas (meio dia)**

- Prazo de pagamento será de 15 (quinze) dias após a confirmação do seguro e entrega da apólice, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica.

- Caso a firma não apresente este orçamento até a data fixada, será, automaticamente, excluída.

Poços de Caldas, 06 de junho de 2.024

p/ Empresa

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone: ()

E-mail:

At.te

Rodrigo Galhardi

Gerência de Administração

Câmara Municipal de poços de Caldas

Telefone: (35) 3729-3817.

Assunto: Re: Solicitação de cotação seguro patrimonial prédio Câmara Municipal - Aviso de Dispensa 21/2024

De: Carlos César - Lex Corretora de Seguros <carlos@lexseguros.com.br>

Data: 06/06/2024, 11:03

Para: Rodrigo CMPC <rodrigo@pocosdecaldas.mg.leg.br>

Bom dia,

Agradecemos pelo pedido de cotação, mas no momento não estamos operando com seguro em negócios públicos.

Atenciosamente,

Carlos César Vilas Bôas
Corretor de Seguros

Diretor Comercial

35-3234-2339 - 35-9-9972-1339

Whatsapp: 11-95667-7823

www.lexseguros.com.br

carlos@lexseguros.com.br













On 6 Jun 2024 at 10:29 , Rodrigo CMPC <rodrigo@pocosdecaldas.mg.leg.br> wrote:

Bom dia.

Solicito cotação de seguro patrimonial para o prédio da Câmara Municipal de Poços de Caldas. Atenção para o prazo de entrega dessa cotação: até segunda-feira, dia 10 de junho de 2024, às 12 horas (meio dia).

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO – AVISO DE DISPENSA Nº 021/2024

Orçamento de seguro do Prédio da Sede da Câmara Municipal, localizado na rua Junqueiras, 454, centro, CEP: 37.701-033, com as seguintes coberturas e respectivos valores MÍNIMOS.

Descrição e Prêmio, conforme abaixo discriminado:

- Incêndio/Fumaça/Raio/Explosão (Prédio/Conteúdo) = R\$ 8.400.000,00
- Responsabilidade civil operações = R\$ 200.000,00
- Responsabilidade civil Empregador = R\$ 100.000,00
- Roubo/Furto qualificado de bens = R\$ 50.000,00
- Vendaval, ciclone e tornado = R\$ 40.000,00
- Alagamento e Inundação = R\$ 300.000,00
- Danos Elétricos = R\$ 87.550,00
- Tumulto/Greve/lock-out = R\$ 50.000,00
- Perda / Pagamento de Aluguel 12 meses = R\$ 51.500,00

- Despesas Fixas Decorrentes da Cobertura Básica 12 meses = R\$ 17.510,00

- Assistência 24 horas

VIGÊNCIA: 24h de 15/06/2024

A 24h de 14/06/2025

(vide Aviso de Dispensa nº 021/2024 com todas as demais informações)

O prédio da Câmara Municipal dispõe de:

- sistema de alarme devidamente instalado e monitorado 24 (vinte e quatro) horas por empresa especializada;
- serviço de Guarda Civil Municipal das 07 às 18 horas e segurança(servidor da Câmara Municipal) das 09 às 18 horas, em dias úteis;
- sistema de controle de acesso com armazenamento do cadastro e foto dos visitantes;
- circuito interno de TV com diversas câmeras instaladas e dispostas interna e externamente ao prédio da sede da Câmara Municipal, incluindo 01 (um) equipamento em cada acesso do prédio.

Valor total geral da empresa em R\$:

A empresa emitirá Nota fiscal de Serviços

Prazo de entrega deste orçamento: 10/06/2024 – até 12 horas (meio dia)

- Prazo de pagamento será de 15 (quinze) dias após a confirmação do seguro e entrega da apólice, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica.
- Caso a firma não apresente este orçamento até a data fixada, será, automaticamente, excluída.

Poços de Caldas, 06 de junho de 2024

p/ Empresa

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone: ()

E-mail:

At.te

Rodrigo Galhardi

Gerência de Administração

Câmara Municipal de poços de Caldas

Telefone: (35) 3729-3817.

Pense no meio ambiente antes de imprimir esta mensagem.

Lex Corretora de Seguros - Nosso melhor plano é a sua Segurança

Seguro Auto, Vida, Empresa, Residência, Condomínio, Transportes, etc.....



Prezado Cliente, qualquer alteração nos seus dados cadastrais ou perfil, comunique a corretora para alteração na sua apólice de seguro.

Assunto: COTAÇÃO PREDIO - ORGÃO PUBLICO - LICHTER SEGUROS

De: comercial2@lichterseguros.com.br

Data: 12/06/2024, 11:34

Para: rodrigo@pocosdecaldas.mg.leg.br

Olá Sr. Rodrigo tudo bem? bom dia!

De acordo com a solicitação de cotação para seguro patrimonial do prédio da sede da Câmara Municipal de Poços de Caldas, verifiquei junto com as seguradoras, por ser um seguro de órgão Público não irei conseguir aceitação, nossa corretora teria que ter Licitação para eu te enviar a cotação! por enquanto não temos essa liberação, mas já estamos trabalhando com isso.

fico a inteira disposição de fazer uma cotação para você na renovação do ano que vem ok?

Agradeço.

Atenciosamente,



Assunto: Re: Solicitação de cotação seguro patrimonial prédio Câmara Municipal - Aviso de Dispensa 21/2024

De: José Manoel Xavier Marcondes <jmxmpc@yahoo.com.br>

Data: 12/06/2024, 11:06

Para: Rodrigo CMPC <rodrigo@pocosdecaldas.mg.leg.br>

Bom dia Rodrigo, agradeço o convite para participar da Licitação, em virtude do meu código de acesso para licitação na Porto Seguro está vencido, e não terei tempo hábil para apresentar uma proposta. Com relação a uma proposta pela Sompó, em virtude de já ter um corretor responsável pela apólice anterior a qual eu tinha preferência a ele, e não forneço cálculo para outro corretor.

Moraes & Rocha Cor. de Seguros
José Manoel
Celular: (35) 9.9987-3379
Poços de Caldas - MG CEP 37704-202

Em quinta-feira, 6 de junho de 2024 às 10:30:18 BRT, Rodrigo CMPC <rodrigo@pocosdecaldas.mg.leg.br> escreveu:

Bom dia.

Solicito cotação de seguro patrimonial para o prédio da Câmara Municipal de Poços de Caldas. Atenção para o prazo de entrega dessa cotação: até segunda-feira, dia 10 de junho de 2024, às 12 horas (meio dia).

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO - AVISO DE DISPENSA Nº 021/2024

Orçamento de seguro do Prédio da Sede da Câmara Municipal, localizado na rua Junqueiras, 454, centro, CEP: 37.701-033, com as seguintes coberturas e respectivos valores MÍNIMOS.

Descrição e Prêmio, conforme abaixo discriminado:

- Incêndio/Fumaça/Raio/Explosão (Prédio/Conteúdo) = R\$ 8.400.000,00
- Responsabilidade civil operações = R\$ 200.000,00
- Responsabilidade civil Empregador = R\$ 100.000,00
- Roubo/Furto qualificado de bens = R\$ 50.000,00
- Vendaval, ciclone e tornado = R\$ 40.000,00
- Alagamento e Inundação = R\$ 300.000,00
- Danos Elétricos = R\$ 87.550,00
- Tumulto/Greve/lock-out = R\$ 50.000,00
- Perda / Pagamento de Aluguel 12 meses = R\$ 51.500,00
- Despesas Fixas Decorrentes da Cobertura Básica 12 meses = R\$ 17.510,00

- Assistência 24 horas

VIGÊNCIA: 24h de 15/06/2024

A 24h de 14/06/2025

(vide Aviso de Dispensa nº 021/2024 com todas as demais informações)

O prédio da Câmara Municipal dispõe de:

- sistema de alarme devidamente instalado e monitorado 24 (vinte e quatro) horas por empresa especializada;
- serviço de Guarda Civil Municipal das 07 às 18 horas e segurança(servidor da Câmara Municipal) das 09 às 18 horas, em dias úteis;
- sistema de controle de acesso com armazenamento do cadastro e foto dos visitantes;
- circuito interno de TV com diversas câmeras instaladas e dispostas interna e externamente ao prédio da sede da Câmara Municipal, incluindo 01 (um) equipamento em cada acesso do prédio.

Valor total geral da empresa em R\$:

A empresa emitirá Nota fiscal de Serviços

Prazo de entrega deste orçamento: **10/06/2024 – até 12 horas (meio dia)**

- Prazo de pagamento será de 15 (quinze) dias após a confirmação do seguro e entrega da apólice, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica.
- Caso a firma não apresente este orçamento até a data fixada, será, automaticamente, excluída.

Poços de Caldas, 06 de junho de 2.024

p/ Empresa

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone: ()

E-mail:

At.te

Rodrigo Galhardi

Gerência de Administração

Câmara Municipal de poços de Caldas

Telefone: (35) 3729-3817.

JUSTIFICATIVA

Aviso de Dispensa n. 021/2024 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro, tipo risco total, para cobertura do imóvel (instalações e equipamentos) da Câmara Municipal de Poços de Caldas-MG.

Processo n. 34/2024 – Dispensa Eletrônica n. 27/2024

A contratação da empresa HDI Seguros para o seguro patrimonial do prédio da sede da Câmara Municipal de Poços de Caldas, mesmo sem a cobertura para alagamentos, justifica-se pelos seguintes motivos:

1 - Dispensa Eletrônica Deserta:

A Câmara Municipal realizou a dispensa eletrônica no “www.portalcompraspublicas.com.br”, portal de compras adotado pelo órgão, para a contratação do seguro do prédio da sede. A dispensa eletrônica ficou disponível para receber propostas do dia 03 ao dia 06 de junho de 2024, conforme prazo determinado pela Lei Federal n. 14.133/2021. Contudo, essa tentativa não obteve sucesso, pois nenhuma seguradora apresentou proposta. Isso evidenciou a dificuldade em encontrar uma seguradora disposta a fornecer o serviço nas condições estabelecidas no Aviso de Dispensa;

2 - Dispensa Tradicional com Ampla Consulta:

Em seguida, foi realizada uma dispensa tradicional abrangendo 14 seguradoras/corretoras. O E-mail solicitando cotação, foi enviado no dia 06 de junho e apenas a Corretora/Seguradora Conesp/HDI manifestou interesse, informando que analisariam os requisitos, já que possivelmente não atenderiam cobertura para alagamento. Como se nota, mesmo com essa abordagem mais direta e personalizada, apenas uma empresa manifestou interesse em relação ao seguro, tendo como óbice o quesito “cobertura alagamento”.

Esse cenário demonstrou a ausência de interesse ou a incapacidade das corretoras/seguradoras contatadas em atender às necessidades específicas da Câmara;

3 - Necessidade de Cobertura:

Diante da impossibilidade de encontrar uma seguradora que oferecesse cobertura incluindo alagamentos dentro do prazo necessário, tornou-se imperativo garantir, ao menos, a proteção patrimonial para todos os demais itens e requisitos do Aviso de Dispensa.

A contratação de uma seguradora, ainda que sem a cobertura para alagamento, é essencial para mitigar os demais riscos e assegurar a continuidade das atividades da Câmara Municipal;

4 - Escolha da HDI Seguros:

A escolha pela HDI Seguros ocorreu com base na análise da única opção disponível após a ausência de propostas nas dispensas. A HDI Seguros apresentou-se como uma opção viável, oferecendo coberturas que, embora não incluam alagamentos, atendem a todas as demais necessidades de segurança e proteção do prédio. O preço, inclusive, está abaixo do valor estimado para essa contratação, conforme demonstrados no Termo de Referência e na proposta da empresa;

5 - Gestão de Riscos:

A contratação do seguro com a HDI demonstra a preocupação da Câmara Municipal em gerir os riscos associados ao seu patrimônio. Mesmo sem a cobertura para alagamentos, a presença de um seguro reduz a exposição a outros tipos de sinistros, proporcionando um nível de proteção necessário para a continuidade dos serviços sem maiores prejuízos; e

6 - Busca por Soluções Futuras:

A Câmara Municipal continuará em busca de alternativas e soluções que possam incluir a cobertura para alagamentos em futuros processos de contratação de seguro. No entanto, a necessidade imediata de proteção não poderia ser negligenciada, justificando a contratação emergencial com a HDI Seguros.

Diante do exposto, justifica-se a contratação da seguradora HDI, por meio da Corretora Conesp, mesmo sem a cobertura específica para alagamentos, por ser uma medida necessária e justificada pela ausência de propostas nas tentativas de dispensas, garantindo assim a proteção para todos os demais itens do patrimônio da Câmara Municipal de Poços de Caldas.

Poços de Caldas, 05 de julho de 2024.

Rodrigo Aparecido Galhardi
Gerência de Administração

ASSINADO DIGITALMENTE
RODRIGO APARECIDO GALHARDI

A informação dada aqui é assinada pelo usuário em nome de seu
<https://www.pccr.org.br/assinador-digital>



Orçamento: 26749899

V2406.001.0P

Nome Social do Segurado:

Nome de Registro do Segurado: CAMARA MUNICIPAL DE POCOS DE CALDAS

Informações de Cobrança

End. Cobrança: RUA JUNQUEIRAS, 454 Compl: UF: MG
Bairro: CENTRO Cidade: POCOS DE CALDAS Fone: (11) 9995-9999
CEP: 37701-033 Celular: Email: licitacao@conespseguros.com.br
Data de Nasc.: CPF/CNPJ: 21.401.757/0001-67 Órgão Expedidor: Data Expedição:
Natureza / Nro.Doc.: RG /

Informações Gerais do Orçamento

Vigência: 15/06/2024 até 15/06/2025 Período: 365 dias Tipo de Cálculo: Anual
Filial: CAD SP Ramo: COMPREENSIVO EMPRESARIAL Orçamento: 26749899
Produto: HDI EMPRESARIAL Cód. Produto: 425 Cód. da Versão: 20240613
Data do Cálculo: 14/06/2024 - Esta cotação tem validade de 30 dia(s), até 13/07/2024.
Informe SUSEP: O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

Informações de Corretores

Corretor: CONESP BRASIL CORR DE SEGUROS Cód. Interno: 500044090
Cód SUSEP: 00000202036805 Participação: 100,00%

LOCAL EM RISCO - 1

6/0/0/2000/000/000/M

Endereço: RUA JUNQUEIRAS Nro: 454
Complemento: CEP: 37701-033
Bairro: CENTRO Cidade: POCOS DE CALDAS UF: MG
Contato(s) para Inspeção do Risco

DETALHES DO LOCAL

Ocupação: 700160 - ESCRITORIO

Construção: ALVENARIA (SUPERIOR)

Tipo de verba contratada: Prédio e Conteúdo

Cia de Renovação: SOMPO CONSUMER

Número da apólice anterior: 1800993061

Valor em risco D. Materiais: R\$ 8.400.000,00

Valor em risco L. Cessante: R\$ 17.510,00

Região Risco CEP: 13-Pocos de Caldas

COBERTURAS CONTRATADAS

Coberturas	L.M.I (R\$)	Prêmios (R\$)	Período indenitário
------------	-------------	---------------	---------------------

Orçamento: 26749899

V2406.001.0P

Nome Social do Segurado:

Nome de Registro do Segurado: CAMARA MUNICIPAL DE POCOS DE CALDAS

COBERTURAS CONTRATADAS

Coberturas	L.M.I (R\$)	Prêmios (R\$)	Período indenitário
Incênd/Raio/Explos/Queda Aeronave/Fumaça	8.400.000,00	391,44	
Danos Eletricos	87.550,00	164,85	
Roubo e Furto de Bens	50.000,00	270,21	
Perda ou Pagto. de Aluguel a Terceiros	51.500,00	25,00	12 MESES
Tumultos, Greves e Lock-Out	50.000,00	25,00	
Vendaval de Bens ao Ar Livre	40.000,00	247,37	
Responsabilidade Civil Operacoes	200.000,00	197,08	
Responsabilidade Civil Empregador	100.000,00	52,57	
Despesas Fixas - Incendio	17.510,00	62,50	12 MESES
Assistencia Empresarial Essencial	-	47,56	
PRÊMIO LÍQUIDO DO LOCAL - R\$		1.483,58	
		CUSTO - R\$ 0,00	I.O.F. 0,00%

PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA

Coberturas	Franquias Obrigatórias
Incênd/Raio/Explos/Queda Aeronave/Fumaça	Queda de Raio 10% dos prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 900,00
Danos Eletricos	10.00% sobre os prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Roubo e Furto de Bens	Sem Franquia
Perda ou Pagto. de Aluguel a Terceiros	Sem Franquia
Tumultos, Greves e Lock-Out	10.00% sobre os prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Vendaval de Bens ao Ar Livre	10.00% sobre os prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Responsabilidade Civil Operacoes	10.00% sobre os prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Responsabilidade Civil Empregador	20.00% sobre os prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Despesas Fixas - Incendio	Período Indenitário 1 a 6 meses, Franquia 5 dias de prejuízos Período Indenitário 7 a 12 meses, Franquia 7 dias de prejuízos
Assistencia Empresarial Essencial	

BENEFÍCIOS

Beneficio Empresarial Essencial

DESCONTOS DO LOCAL

Tempo de Seguro: 05 anos.

Orcamento: 26749899

V2406.001.0P

Nome Social do Segurado:

Nome de Registro do Segurado: CAMARA MUNICIPAL DE POCOS DE CALDAS

FATORES DE PROTEÇÃO

Por Proteção de Risco:

Extintor + Hidrante + Sistema de Deteccao/Alarme/Prevencao

Sistema de Alarme - Infravermelho, Abertura, Impacto, etc.

Grades e fechaduras tetras

OBSERVAÇÕES

A Seguradora se reserva o direito de realizar as diligências que entender necessárias para melhor análise do local segurado, sejam estas durante a análise da Proposta e/ou durante a vigência da Apólice, devendo o Segurado viabilizar tais medidas, bem como, disponibilizar quaisquer documentos e esclarecimentos que venham a ser solicitados.

Orçamento: 26749899

V2406.001.OP

Nome Social do Segurado:

Nome de Registro do Segurado: CAMARA MUNICIPAL DE POCOS DE CALDAS

Opções de Pagamento (R\$)						
Plano	Cartão de Crédito	Débito			Carnê	
		1ª no Ato	1ª a 30 dias	Melhor Data	1ª no Ato	1ª a 7 dias
1x	1.483,58	1.483,58	1.483,58	-	-	1.483,58
2x	741,79	741,79	741,79	-	-	741,79
3x	494,53	494,53	494,53	-	-	494,53
4x	370,89	370,89	370,89	-	-	370,89
5x	296,72	296,72	296,72	-	-	296,72
6x	247,26	247,26	247,26	-	-	247,26
7x	211,94	227,96	227,96	-	-	231,18
8x	185,45	201,86	201,86	-	-	205,20
9x	164,84	181,59	181,59	-	-	184,99
10x	148,36	165,37	165,37	-	-	168,86
11x	-	152,13	-	-	-	-

Orçamento: 26749899

V2406.001.0P

Nome Social do Segurado:

Nome de Registro do Segurado: CAMARA MUNICIPAL DE POCOS DE CALDAS

CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO:

tp

A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco, podendo ser recusada dentro do prazo de 15 dias da data do protocolo de recebimento da mesma.

- O(s) Valor(es) em Risco declarado(s), bem como o(s) Limite(s) Máximo(s) de Indenização, são de inteira responsabilidade do Segurado, ficando a Seguradora isenta de qualquer responsabilidade que possa advir de avaliações incorretas.
- O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.
- O segurado poderá consultar a situação cadastral do Corretor e da Sociedade Seguradora no site www.susep.gov.br.
- As condições contratuais estarão disponíveis, de forma prévia à assinatura da proposta, ao segurado. Poderá constar da própria proposta declaração de que o proponente/corretor/representante legal tomou ciência das referidas condições contratuais.
- Considera-se como âmbito geográfico das coberturas todo o território nacional, salvo disposição em contrário, que estará prevista expressamente nas condições contratuais.
- Em atenção ao exposto na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), o PROPONENTE está ciente de que a HDI poderá armazenar os dados pessoais do PROPONENTE em seu banco de dados, bem como compartilhará esses dados pessoais com prestadores de serviços, resseguradores, cosseguradores, órgãos reguladores (SUSEP, BACEN etc...), entre outros, podendo tais dados ser utilizados para execução de procedimentos relacionados à presente contratação, tais como, mas não se limitando a, análise e subscrição do risco, regulação de sinistros, análises de crédito, exercício regular de direitos, cumprimento de obrigações legais, oferta de produtos de seguro e demais finalidades permitidas em lei.

Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)

Exclusivo para informações institucionais, de produtos e reclamações.

0800 722 7149

0800 772 1825 – para deficientes auditivos

Ouvidoria Independente HDI

Canal de comunicação com a HDI Seguros S/A.

Para Informações sobre finalidade e forma de utilização acesse o site: www.hdi.com.br

0800 775 4035

0800 775 4036 – para deficientes auditivos

Horário de atendimento: segunda à sexta das 8h às 18h.

SAO PAULO, 21 de Junho de 2024.

Orçamento: 26749899

V2406.001.0P

Nome Social do Segurado:

Nome de Registro do Segurado: CAMARA MUNICIPAL DE POCOS DE CALDAS

Orçamento: 26749899

V2406.001.0P

Nome Social do Segurado:

Nome de Registro do Segurado: CAMARA MUNICIPAL DE POCOS DE CALDAS

Informações de Cobrança

End. Cobrança: RUA JUNQUEIRAS, 454 **Compl:**
Bairro: CENTRO Cidade: POCOS DE CALDAS **UF:** MG
CEP: 37701-033 Celular: Fone: (11) 9995-9999
Data de Nasc.: CPF/CNPJ: 21.401.757/0001-67 Email: licitacao@conespseguros.com.br
Natureza / Nro.Doc.: RG / Órgão Expedidor: Data Expedição:

Informações Gerais do Orçamento

Vigência: 15/06/2024 até 15/06/2025 Período: 365 dias Tipo de Cálculo: Anual
Filial: CAD SP Ramo: COMPREENSIVO EMPRESARIAL Orçamento: 26749899
Produto: HDI EMPRESARIAL Cód. Produto: 425 Cód. da Versão: 20240613
Data do Cálculo: 14/06/2024 - Esta cotação tem validade de 30 dia(s), até 13/07/2024.
Informe SUSEP: O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

Informações de Corretores

Corretor: CONESP BRASIL CORR DE SEGUROS Cód. Interno: 500044090
Cód SUSEP: 00000202036805 Participação: 100,00%

LOCAL EM RISCO - 1 6/0/0/2000/000/000/M

Endereço: RUA JUNQUEIRAS Nro: 454
Complemento: CEP: 37701-033
Bairro: CENTRO Cidade: POCOS DE CALDAS UF: MG
Contato(s) para Inspeção do Risco

DETALHES DO LOCAL

Ocupação: 700160 - ESCRITORIO
Construção: ALVENARIA (SUPERIOR)
Tipo de verba contratada: Prédio e Conteúdo Cia de Renovação: SOMPO CONSUMER
Número da apólice anterior: 1800993061 Valor em risco D. Materiais: R\$ 8.400.000,00
Valor em risco L. Cessante: R\$ 17.510,00 Região Risco CEP: 13-Pocos de Caldas

COBERTURAS CONTRATADAS

Coberturas	L.M.I (R\$)	Prêmios (R\$)	Período indenitário
------------	-------------	---------------	---------------------

Orçamento: 26749899

V2406.001.0P

Nome Social do Segurado:

Nome de Registro do Segurado: CAMARA MUNICIPAL DE POCOS DE CALDAS

COBERTURAS CONTRATADAS

Coberturas	L.M.I (R\$)	Prêmios (R\$)	Período indenitário
Incênd/Raio/Explos/Queda Aeronave/Fumaça	8.400.000,00	391,44	
Danos Eletricos	87.550,00	164,85	
Roubo e Furto de Bens	50.000,00	270,21	
Perda ou Pagto. de Aluguel a Terceiros	51.500,00	25,00	12 MESES
Tumultos, Greves e Lock-Out	50.000,00	25,00	
Vendaval de Bens ao Ar Livre	40.000,00	247,37	
Responsabilidade Civil Operacoes	200.000,00	197,08	
Responsabilidade Civil Empregador	100.000,00	52,57	
Despesas Fixas - Incendio	17.510,00	62,50	12 MESES
Assistencia Empresarial Essencial	-	47,56	

PRÊMIO LÍQUIDO DO LOCAL - R\$**1.483,58****CUSTO - R\$ 0,00****I.O.F. 0,00%****PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA**

Coberturas	Franquias Obrigatórias
Incênd/Raio/Explos/Queda Aeronave/Fumaça	Queda de Raio 10% dos prejuízos indenizáveis com minimo de R\$ 900,00
Danos Eletricos	10.00% sobre os prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Roubo e Furto de Bens	Sem Franquia
Perda ou Pagto. de Aluguel a Terceiros	Sem Franquia
Tumultos, Greves e Lock-Out	10.00% sobre os prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Vendaval de Bens ao Ar Livre	10.00% sobre os prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 500,00
Responsabilidade Civil Operacoes	10.00% sobre os prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Responsabilidade Civil Empregador	20.00% sobre os prejuízos indenizáveis com mínimo de R\$ 1.000,00
Despesas Fixas - Incendio	Período Indenitário 1 a 6 meses, Franquia 5 dias de prejuízos Período Indenitário 7 a 12 meses, Franquia 7 dias de prejuízos
Assistencia Empresarial Essencial	

BENEFÍCIOS

Beneficio Empresarial Essencial

DESCONTOS DO LOCAL

Tempo de Seguro: 05 anos.

Orçamento: 26749899

V2406.001.0P

Nome Social do Segurado:

Nome de Registro do Segurado: CAMARA MUNICIPAL DE POCOS DE CALDAS

FATORES DE PROTEÇÃO

Por Proteção de Risco:

Extintor + Hidrante + Sistema de Detecção/Alarme/Prevenção

Sistema de Alarme - Infravermelho, Abertura, Impacto, etc.

Grades e fechaduras tetras

OBSERVAÇÕES

A Seguradora se reserva o direito de realizar as diligências que entender necessárias para melhor análise do local segurado, sejam estas durante a análise da Proposta e/ou durante a vigência da Apólice, devendo o segurado viabilizar tais medidas, bem como, disponibilizar quaisquer documentos e esclarecimentos que venham a ser solicitados.

Orçamento: 26749899

V2406.001.0P

Nome Social do Segurado:

Nome de Registro do Segurado: CAMARA MUNICIPAL DE POCOS DE CALDAS

Opções de Pagamento (R\$)						
Plano	Cartão de Crédito	Débito			Carnê	
		1ª no Ato	1ª a 30 dias	Melhor Data	1ª no Ato	1ª a 7 dias
1x	1.483,58	1.483,58	1.483,58	-	-	1.483,58
2x	741,79	741,79	741,79	-	-	741,79
3x	494,53	494,53	494,53	-	-	494,53
4x	370,89	370,89	370,89	-	-	370,89
x	296,72	296,72	296,72	-	-	296,72
6x	247,26	247,26	247,26	-	-	247,26
7x	211,94	227,96	227,96	-	-	231,18
8x	185,45	201,86	201,86	-	-	205,20
9x	164,84	181,59	181,59	-	-	184,99
10x	148,36	165,37	165,37	-	-	168,86
11x	-	152,13	-	-	-	-

Orçamento: 26749899

V2406.001.0P

Nome Social do Segurado:

Nome de Registro do Segurado: CAMARA MUNICIPAL DE POCOS DE CALDAS

CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO:

tp

A aceitação da proposta de seguro está sujeita à análise do risco, podendo ser recusada dentro do prazo de 15 dias da data do protocolo de recebimento da mesma.

- O(s) Valor(es) em Risco declarado(s), bem como o(s) Limite(s) Máximo(s) de Indenização, são de inteira responsabilidade do Segurado, ficando a Seguradora isenta de qualquer responsabilidade que possa advir de avaliações incorretas.

- O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da SUSEP.

- O segurado poderá consultar a situação cadastral do Corretor e da Sociedade Seguradora no site www.susep.gov.br.

- As condições contratuais estarão disponíveis, de forma prévia à assinatura da proposta, ao segurado. Poderá constar da própria proposta declaração de que o proponente/corretor/representante legal tomou ciência das referidas condições contratuais.

- Considera-se como âmbito geográfico das coberturas todo o território nacional, salvo disposição em contrário, que estará prevista expressamente nas condições contratuais.

- Em atenção ao exposto na Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), o PROPONENTE está ciente de que a HDI poderá armazenar os dados pessoais do PROPONENTE em seu banco de dados, bem como compartilhará esses dados pessoais com prestadores de serviços, resseguradores, cosseguradores, órgãos reguladores (SUSEP, BACEN etc...), entre outros, podendo tais dados ser utilizados para execução de procedimentos relacionados à presente contratação, tais como, mas não se limitando a, análise e subscrição do risco, regulação de sinistros, análises de crédito, exercício regular de direitos, cumprimento de obrigações legais, oferta de produtos de seguro e demais finalidades permitidas em lei.

Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)

Exclusivo para informações institucionais, de produtos e reclamações.

0800 722 7149

0800 772 1825 – para deficientes auditivos

Ouvidoria Independente HDI

Canal de comunicação com a HDI Seguros S/A.

Para Informações sobre finalidade e forma de utilização acesse o site: www.hdi.com.br

0800 775 4035

0800 775 4036 – para deficientes auditivos

Horário de atendimento: segunda à sexta das 8h às 18h.

SAO PAULO, 21 de Junho de 2024.

Orçamento: 26749899

V2406.001.0P

Nome Social do Segurado:

Nome de Registro do Segurado: CAMARA MUNICIPAL DE POCOS DE CALDAS

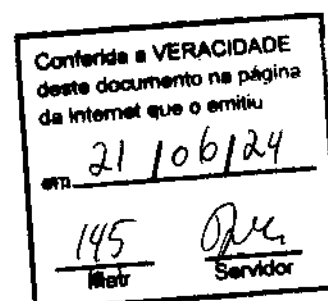
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

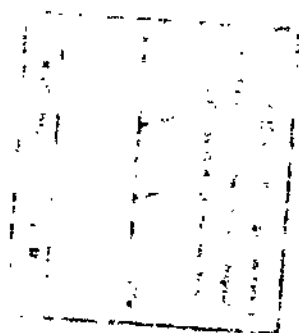
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.980.158/0001-57 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/04/1978
NOME EMPRESARIAL HDI SEGUROS S.A.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO AV DAS NACOES UNIDAS	NÚMERO 14261	COMPLEMENTO COND WT MORUMBI BLOCO ALA B CONJ 2001 2101 2201 2301
CEP 04.794-000	BAIRRO/DISTRITO VILA GERTRUDES	MUNICÍPIO SAO PAULO
ENDEREÇO ELETRÔNICO TRIBUTOS@HDI.COM.BR		UF SP
TELEFONE (11) 5508-1300		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 21/06/2024 às 15:28:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 29.980.158/0001-57
Razão Social: HDI SEGUROS SA
Endereço: AV DAS NACOES UNIDAS 14261 CWTMORUMBIB B C2001 / B BROOKLIN
PAULISTA / SAO PAULO / SP / 04578-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/06/2024 a 14/07/2024

Certificação Número: 2024061500360297595380

Informação obtida em 21/06/2024 15:31:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Conferida a VERACIDADE
deste documento na página
da Internet que o emitiu

em 21/06/24

145

Assin

Assin

Servidor

1. The first of these is the fact that the
2. second is the fact that the
3. third is the fact that the
4. fourth is the fact that the
5. fifth is the fact that the
6. sixth is the fact that the
7. seventh is the fact that the
8. eighth is the fact that the
9. ninth is the fact that the
10. tenth is the fact that the



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: HDI SEGUROS S.A.
CNPJ: 29.980.158/0001-57

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

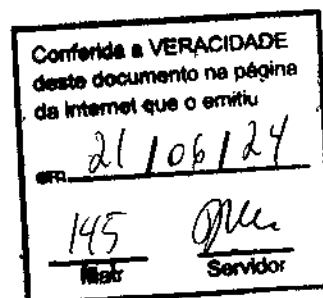
Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:50:36 do dia 12/06/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/12/2024.

Código de controle da certidão: 4F63.8FA1.97F1.DC92
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: HDI SEGUROS S.A. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 29.980.158/0001-57

Certidão n°: 43932808/2024

Expedição: 21/06/2024, às 15:37:10

Validade: 18/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **HDI SEGUROS S.A. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 29.980.158/0001-57, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

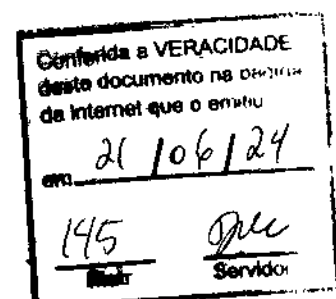
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.170.132/0001-12 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 28/11/2000
NOME EMPRESARIAL CONESP BRASIL SEGUROS ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) XXXXXXXXXX				PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 66.22-3-00 - Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-2 - Sociedade Empresária Limitada				
LOCALIDADE AV HILARIO PEREIRA DE SOUZA		NÚMERO 406	COMPLEMENTO BLOCO SAO PAULO SALA 2407	
CEP 06.010-170	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO OSASCO	UF SP	
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONESP@GMAIL.COM		TELEFONE (11) 3901-6368		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) XXXXXX				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL XXXXXXXXXX		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL XXXXXXXXXX		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 21/06/2024 às 15:41:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)Conferir a VERACIDADE
deste documento na página
da Internet que o emitiu

em 21/06/24

145
Matr

Servidor

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 04.170.132/0001-12
Razão Social: CONESP CORRETORA DE SEGUROS LTDA
Endereço: R CACHOEIRA DO SUL 264 / VILA JAGUARA / SAO PAULO / SP / 05117-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

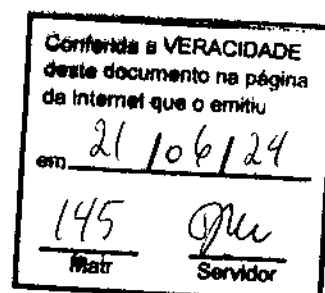
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/06/2024 a 11/07/2024

Certificação Número: 2024061205121205550108

Informação obtida em 21/06/2024 15:43:10

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



100



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CONESP BRASIL SEGUROS ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA
CNPJ: 04.170.132/0001-12

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:27:14 do dia 23/05/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 19/11/2024.

Código de controle da certidão: **FEF9.534C.A3B1.C205**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Confirme a VERACIDADE deste documento na página da internet que o emitiu	
em <u>21/10/24</u>	
<u>145</u> Ass	<u>[Assinatura]</u> Servidor



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONESP BRASIL SEGUROS ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 04.170.132/0001-12
Certidão nº: 43934623/2024
Expedição: 21/06/2024, às 15:44:57
Validade: 18/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que CONESP BRASIL SEGUROS ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.170.132/0001-12, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Confirme a VERACIDADE
deste documento na página
da Internet que o emitiu

em 21/06/24

145

Matr

Deu

Servidor



**CÂMARA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
SETOR DE APOIO TÉCNICO JURÍDICO
PROCURADORIA**

REFERÊNCIA: Processo Licitatório n.º 34/2024

ASSUNTO: Dispensa Eletrônica de Licitação n.º 27/2024

OBJETO: Contratação de seguro patrimonial do prédio da sede da Câmara Municipal.

PARECER JURÍDICO 140/2024

SUMÁRIO: 1. Relatório; 2. Fundamentos; 3. Conclusão.

1. Relatório

Trata-se de procedimento de gestão administrativa que visa à contratação de Contratação de seguro patrimonial do prédio da sede da Câmara Municipal, por meio da Dispensa de Licitação n.º 27/2024.

A necessidade da contratação foi devidamente justificada pelo ilustre Coordenador de Administração, Licitação e Contratos, RODRIGO APARECIDO GALHARDI, no item 2 do Aviso de Dispensa e nos itens 2 e 3 do Termo de Referência ora inclusos, tendo sido o procedimento submetido à análise desta Assessoria Jurídica para parecer jurídico conclusivo, na forma do art. 53 e do art. 72, III, ambos da Lei n.º 14.133/2021.

Fiel ao breve, é o extrato do essencial.

2. Fundamentos



- CONSIDERANDO que a Lei n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível;
- CONSIDERANDO, em relação à licitação dispensável, que as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei n.º 14.133/2021, sabendo-se que nesses casos, embora a licitação seja viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente;
- CONSIDERANDO que a licitação será dispensável, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, com atualização de valores dada pelo Decreto n.º 11.871/2023, quando a aquisição envolva o emprego de recursos inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras;
- CONSIDERANDO caber ao Administrador a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona;
- CONSIDERANDO que o preço máximo total estimado para a aquisição, conforme se extrai do Aviso de Dispensa e do Termo de Referência elaborado pelo setor demandante, se apresenta inferior ao limite estabelecido no art. 75, II, da Lei n.º 14.133/2021;
- CONSIDERANDO que a pesquisa de preços foi efetivada na forma do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021, conforme disposto no item 8 do termo de referência, baseando-se em relatório gerado 20 de maio de 2024 a partir do Painel de Preços do Governo Federal (<<http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>>) pelo servidor ANTONIO VIEIRA MACHADO NETTO, COM VALOR ESTIMADO DE R\$ 4.510,58 (QUATRO MIL QUINHENTOS E DEZ REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS);
- CONSIDERANDO, por fim, terem sido obedecidos todos os trâmites, documentos e requisitos legais exigidos pela Lei n.º 14.133/2021, pas-



so a opinar sobre a legalidade do procedimento em tela, nos termos do dispositivo que se segue.

3. Conclusão

Com a ratificação por parte da autoridade superior, **APROVO** a juridicidade do procedimento de contratação direta, inclusive da minuta do Aviso de Dispensa e seu Termo de Referência, solicitando a remessa a quem de direito, a fim de serem tomadas as providências cabíveis na espécie.

É o parecer.

Poços de Caldas (MG), data da assinatura eletrônica.


LUIS PHILLIPE DE CAMPOS-CORDEIRO

Assessor Jurídico | OAB (MG) 202.819
Documento assinado digitalmente

HDI

Seguros

HDI SEGUROS S.A.
HDI EMPRESARIAL - CAD SP
Apólice 01.135.425.002281
Renovação Versão: 20240613 (2a via)

Nome Social do Segurado :
Nome de Registro do Segurado : **Camara Municipal de Pocos de Caldas**
CPF/CNPJ : 21401757000167
Endereço : Rua Junqueiras, 454 Telefone : (0011)99959999
Bairro : Centro
Cidade : Pocos de Caldas - MG CEP : 37701-033
Código CI : 65724013893819

Corretor **Inspetor** **Interno**
C-00000202036805 - CONESP BRASIL CORR DE SEGUROS - 100%
Telefone: (0011)23664125

A HDI SEGUROS S.A. ("SEGURADORA") emite a presente apólice com base na proposta de seguro, apresentada pelo "SEGURADO", "ESTIPULANTE" ou "GARANTIDOR" acima identificado, ou pelo CORRETOR DE SEGUROS, escolhido pelo Segurado ou Estipulante. Esta apólice faz parte integrante deste contrato e obriga a "SEGURADORA" a indenizar ou reembolsar o "SEGURADO", das perdas e danos ou reparações pecuniárias decorrentes de riscos assumidos, mediante o recebimento em dia do prêmio abaixo convencionado e em conformidade com as Condições Contratuais relativas à presente apólice, que estão disponíveis no site www.hdi.com.br.

Informações do Seguro

Moeda: R\$ Proposta: 0000026749899
Cotação Base: 1,0000 Vigência: das 24h do dia 05/07/2024 às 24h do dia 05/07/2025 (365 dias)
Ramo: 0118 - Compreensivo Empresarial

Prêmio da Apólice

Prêmio Líquido	:	1.483,58
Adicional de parcelamento	:	0,00
Custo de Apólice	:	0,00
I.O.F.	:	0,00
Prêmio Total	:	1.483,58

OS SERVIÇOS FORAM PRESTADOS
Em 25/07/2024
Antonio Vieira Machado Netto
Assistente Legislativo - Mat. 144

Parcelamento do Prêmio

Parcela	Vencimento	Moeda	Valor	Posição		Tipo Cobrança
01	12/07/2024	R\$	1.483,58	Gerar 2ª via	Enviar por e-mail	Boleto Registrado

I- O não pagamento da primeira parcela implicará no cancelamento da apólice, desde o início de vigência.

II- 7 dias após o vencimento com juros de 2,1% ou 14 dias após o vencimento com juros de 4,2%; após este prazo a apólice será cancelada.

Para a validade do presente contrato, emitido as 17:16:08, do dia 05/07/2024, a SEGURADORA, representada por seu bastante procurador, assina esta Apólice, na cidade de São Paulo, no estado de SP (impresso em: 12/07/2024).

Capital Vinculado : R\$ 755.042.682,84

Capital Subscrito : R\$ 755.042.682,84

Eduardo Dal Ri
HDI SEGUROS S.A.

Assistência 24 horas: 0800 770 08 09 - Central de Sinistros: 0800 701 5430

HDI SEGUROS S.A. - 6572

CNPJ 29.980.158/0082-12

Processo Susep Nº:

Principal Compreensivo Empresarial: 15414.652173/2023-18

HDI
Seguros

HDI SEGUROS S.A.
HDI EMPRESARIAL - CAD SP
Especificação da Apólice 01.135.425.002281
Renovação Versão: 20240613 (2a via)

Nome Social do Segurado	:	
Nome de Registro do Segurado	:	Camara Municipal de Pocos de Caldas
CPF/CNPJ	:	21401757000167
Endereço	:	Rua Junqueiras, 454
Bairro	:	Centro
Cidade	:	Pocos de Caldas - MG
Código CI	:	65724013893819
Telefone	:	(0011)99959999
CEP	:	37701-033

Período de Vigência (365 dias)

Das 24h do dia 05/07/2024 às 24h do dia 05/07/2025

Dados de Cobrança

Banco: 033

Parcela: 1.483,58

Juros parcelamento: 0,00% a.m.

Multa de Mora: 2,00% sobre o valor da parcela em atraso.

Juros de Mora: 0,30% ao dia.

Tipo de Cobrança: Carnê

Forma de Pagamento: 1 x

O vencimento da primeira parcela do prêmio ocorrerá em até 7 dias após a data de início de vigência da apólice (ou de sua emissão, quando a HDI SEGUROS S.A requerer a informação complementar). A respectiva data poderá ser confirmada pelo corretor ou portal do segurado.

HDI
Seguros

HDI SEGUROS S.A.
HDI EMPRESARIAL - CAD SP
Apólice 01.135.425.002281
Renovação Versão: 20240613 (2a via)

Ramo / Modalidade

COMPREENSIVO EMPRESARIAL / EMPRESARIAL

Localização

000001 - Rua Junqueiras, 454 - Pocos de Caldas - Mg - 37701033

OCUPAÇÃO : Escritorio (700160)
 TIPO DE CONSTRUÇÃO : Alvenaria (superior) (1)
 BEM SEGURADO : Predio e Conteudo (003)
 BONUS : 25,00 %
 VALOR RISCO D. MATERIAIS : R\$ 8.400.000,00
 VALOR RISCO L. CESSANTES : R\$ 17.510,00
 REGIAO DE RISCO : 13 - Pocos de Caldas / 6

Coberturas (Valores em R\$)

	L.M.I.	Prêmio Líquido
Incênd/Raio/Explos/Queda Aeronave/Fumaça	8.400.000,00	391,44
Tumultos, Greves e Lock-Out	50.000,00	25,00
Danos Eletricos	87.550,00	164,85
Roubo e Furto de Bens	50.000,00	270,21
Perda ou Pagto. de Aluguel a Terceiros	51.500,00	25,00
Vendaval de Bens ao Ar Livre	40.000,00	247,37
Despesas Fixas - Incendio	17.510,00	62,50
Responsabilidade Civil Operacoes	200.000,00	197,08
Responsabilidade Civil Empregador	100.000,00	52,57
Assistencia Empresarial Essencial	0,00	47,56

(PI) Período Indenitário aplicavel à cobertura

Perda ou Pagto. de Aluguel a Terceiros 12 MESES
 Despesas Fixas - Incendio 12 MESES

Franquias

Incênd/Raio/Explos/Queda Aeronave/Fumaça

Queda de Raio 10% dos prejuízos indenizáveis com minimo de R\$

900,00

Tumultos, Greves e Lock-Out

10% Sobre os Prejuizos, com o Minimo de R\$ 1.000,00

Danos Eletricos

10% Sobre os Prejuizos, com o Minimo de R\$ 1.000,00

Roubo e Furto de Bens

Sem Franquia

Perda ou Pagto. de Aluguel a Terceiros

Sem Franquia

Vendaval de Bens ao Ar Livre

10% Sobre os Prejuizos, com o Minimo de R\$ 500,00

Despesas Fixas - Incendio

Período Indenitário 1 a 6 meses, Franquia 5 dias de prejuízos

Período Indenitário 7 a 12 meses, Franquia 7 dias de prejuízos

Responsabilidade Civil Operacoes

10% Sobre os Prejuizos, com o Minimo de R\$ 1.000,00

Responsabilidade Civil Empregador

20% Sobre os Prejuizos, com o Minimo de R\$ 1.000,00

Se previsto na cobertura, em caso de sinistro o Segurado participará com uma franquia, sobre os prejuízos indenizáveis, conforme o percentual e valor mínimo (*) acima estipulado. A franquia será sempre deduzida da indenização.

(*) O valor mínimo é a soma dos valores especificados nas franquias Obrigatória e Adicional.

Benefícios

Beneficio Empresarial Essencial

Sistema de Proteção por Coberturas

Incênd/Raio/Explos/Queda Aeronave/Fumaça

Extintor,Hidrante,Sist.Deteccao/Alarme

Roubo e Furto de Bens

Sistema de Alarme de Roubo
Grades e fechaduras tetras

.....

Assistência 24 horas: 0800 770 08 09 - Central de Sinistros: 0800 701 5430

HDI SEGUROS S.A. - 6572

CNPJ 29.980.158/0082-12

Processo Susep Nº:

Principal Compreensivo Empresarial: 15414.652173/2023-18

Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)

Exclusivo para informações institucionais, de produtos e reclamações.

0800 722 7149

0800 772 1825 - para deficientes auditivos

Canal disponível para registro de reclamações dos consumidores: www.consumidor.gov.br

Ouvidoria Independente HDI SEGUROS S.A.

Canal de comunicação com a HDI SEGUROS S.A. .

Para informações sobre finalidade e forma de utilização acesse o site: www.hdi.com.br

0800 775 4035

0800 775 4036 - para deficientes auditivos

Horário de Atendimento: segunda à sexta das 8h às 18h.

O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep. O segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da sociedade seguradora no sítio eletrônico www.susep.gov.br.

Atendimento Exclusivo ao Consumidor SUSEP (9h30 às 17h): 0800 021 8484

SUSEP - Superintendência de Seguros Privados - Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta, capitalização, resseguro e corretagem de seguros.

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.

As condições contratuais /regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br , de acordo com o número de processo constante da apólice/proposta.